

Governo do Rio gastou US\$ 100 milhões para colocar contas em dia

por Cézár Faccioli
do Rio

O Estado do Rio de Janeiro gastou US\$ 100 milhões para colocar em dia a dívida com a União vencida de 30 de setembro até agora, uma das condições para o acordo de rolagem na forma da lei aprovada no Congresso. O maior gasto com a dívida (US\$ 350 milhões), contudo, foi para antecorrer os títulos da dívida fluminense, esforço acompanhado pela prefeitura da capital e o Banco do Estado (Banerj). "No total, antecorreram cerca de US\$ 1 bilhão e deixamos no mercado apenas 10% dos títulos", explicou a este jornal o secretário de Economia e Finanças, Cibilis Vianna.

O custo de rolagem, que às vésperas da posse de Leonel Brizola (PDT) chegava a 4 pontos mensais acima das taxas dos títulos federais, está agora em cerca de 0,5 ponto percentual. O feito do Rio Grande do Sul, de conseguir um custo inferior ao dos papéis federais, se vincula, para Cibilis Vianna, ao equilíbrio alcançado pelo Rio de Janeiro. "O mercado está muito líquido, com recursos disponíveis para aplicação, o que se aguçou no caso dos títulos estaduais com a retirada de nossos papéis, o terceiro estoque depois de São Paulo e Minas Gerais", argumenta.

CUSTOS

As despesas com a rolagem e a amortização da dívida do estado (da qual cerca de 80% é diretamente com a União) somam 15,62% na receita tributária prevista para o ano, percentual 0,62 ponto superior ao limite estabelecido na lei de rolagem. A expectativa de Cibilis Vianna, contudo, é de que a assina-

SALDO DA DÍVIDA MOBILIÁRIA ESTADUAL E MUNICIPAL			
Posição em 13/02/92			
Emissor	Título	Total	
		Quantidade	Cr\$ Mil
Bahia	LFTBA	33.054.900.443	260.997.980,1
Ceará	LFTCE	25.804.527.345	33.174.045,4
Espirito Santo	LFTES	2.754.368.234	45.892.647,7
Goiás	LFTGO	9.000.000.000	220.106.425,8
	OTG	314.923	2.653.604,2
Mato Grosso	LFTMT	2.800.000.000	59.836.993,0
Minas Gerais	LFTMG	188.494.102.065	2.229.758.739,4
	BTEMG	24.548.005.759	521.094.780,6
P. M. Rio de Janeiro	LFTM-Rio	19.317.705.163	309.304.609,8
P. M. São Paulo	LFTM-SP	49.498.579.289	568.723.165,0
	BTM/SP	2.988.088.116	63.429.882,5
Paraíba	LFTPB	837.815.588	16.791.707,5
Paraná	LFTPR	4.436.287.971	127.305.594,4
Rio de Janeiro	LFTRJ	184.837.669.111	1.905.047.925,2
	BTRJ-E	11.736.558.090	249.138.737,5
Rio Grande do Sul	LFTRS	114.167.396.270	2.169.313.779,3
Rio Grande do Norte	LFTERN	647.661.921	47.483.248,1
Santa Catarina	LFTSC	29.702.844.273	273.710.613,5
São Paulo	LFTSP	422.266.168.702	4.902.889.141,5
	BTSP-E	17.529.722.859	372.113.611,9
Totais	LFT	1.117.620.026.375	13.170.336.615,7
	OTE	314.923	2.653.604,2
	BTE	56.802.374.824	1.205.777.012,5
Total Geral		1.174.422.716.122	14.378.767.232,4
Fonte: Banco Central			

tura do acordo com a União reduza os custos para 8% da receita.

Depois da amortização de US\$ 100 milhões e dos efeitos do encontro de contas (desconto do montante de dívidas com a União dos débitos de empresas federais com o fisco fluminense), o Estado do Rio de Janeiro deve à União cerca de US\$ 2,5 bilhões. O Rio de Janeiro, na avaliação de Cibilis, não terá dificuldades em atender ao serviço e aos encargos da dívida, depois de fechado o acordo.

O nó do endividamento fluminense com a União é o débito do metrô, de montante ligeiramente inferior (US\$ 2,4 bilhões) ao devido pelo estado, mas impossível de ser resolvido com receitas próprias. A receita do metrô (Cr\$ 1 bilhão em janeiro) cobre as despesas de custeio, mas é insuficiente para a folha de paga-

mento (Cr\$ 2,4 bilhões), coberta pelo Tesouro estadual, apesar das tarifas (Cr\$ 250) comparáveis às tarifas modais dos ônibus urbanos.

O metrô responde por 75% do acordo firmado em 1989, com bases semelhantes às oferecidas agora: vinte anos para amortização, seis meses de carência, parcelas semestrais atualizadas pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). A intenção do governo fluminense é obter para essa parcela e mais a devida ao Banco do Brasil — que totalizam US\$ 2,3 bilhões — a transformação em ações da companhia. O mesmo tratamento que será oferecido pelo Banerj e o BD-Rio, bancos estaduais credores do metrô, para o crédito de US\$ 600 milhões que tem junto à companhia. Pe-

dido nesse sentido foi levado ontem pelo governador Leonel Brizola ao ministro da Infra-Estrutura, João Santana.

NEGOCIAÇÕES

A negociação com Santana pode alterar os planos do governo fluminense para a margem de endividamento (7% da receita líquida) esperada com o acordo de rolagem. O governo fluminense, que gastou US\$ 58 milhões para equacionar seu débito com a Caixa Econômica Federal (CEF), pretende priorizar o programa de Reconstrução-Rio, para o qual a CEF é responsável pela contrapartida interna aos US\$ 188 milhões aprovados pelo Banco Mundial (BIRD) para obras contra enchentes, e Ambiente-Rio, para o qual está previsto um aporte de US\$ 400 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Além dessas, as prioridades do governo fluminense incluem a segunda etapa da Linha Vermelha, ligação entre o aeroporto internacional e o início das rodovias federais de maior movimento, e a reforma do sistema de transporte urbano por ônibus, para o qual já foram encaminhados pedidos ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) nos valores respectivos de US\$ 100 milhões e US\$ 54,32 milhões.

O acordo com o Ministério da Infra-Estrutura, contudo, na medida em que envolve a transferência das linhas suburbanas de passageiros para o estado, pode colocar o Rio de Janeiro como avalista dos US\$ 255 milhões prometidos pelo BIRD para a Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU).